



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento da Região dos Vales - Sicredi
Região dos Vales RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Encantado / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Região dos Vales RS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Em um ano desafiador como foi 2020 em virtude da pandemia do novo Coronavírus (COVID 19), tomamos todos os cuidados para evitar a propagação da doença. No período que ficará marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento permitiram a realização de boa parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes, mantivemos o atendimento de forma presencial cumprindo todos os protocolos, priorizando a saúde dos colaboradores e associados. Atuamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, mantendo viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Durante o ano de 2020 a Cooperativa atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde atua. Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do governo (PESE, PRONAMPE e PEAC), contribuindo com o crescimento e desenvolvimento das atividades dos associados, a criação e manutenção de empregos e a geração de renda para as pessoas que vivem na região. Também foram realizadas prorrogações de parcelas de empréstimos vigentes e a redução das tarifas como forma de amenizar os impactos aos associados afetados pela estiação e pela pandemia do novo Coronavírus (COVID 19).

Além da atuação econômica, em 2020 seguimos apoiando diversas iniciativas locais e ações sociais, dentre as quais podemos destacar o Projeto Juntos pela Região, Projeto Educação Financeira, Programa A União Faz a Vida, auxílio financeiro aos hospitais da região e à população atingida pelas cheias do Rio Taquari.

Juntos, através da soma de ações construímos uma sociedade melhor, mais próspera e mais humana. Agradecemos aos nossos associados pela parceria em 2020, que nos permitiu apresentar novamente um desempenho sólido e sustentável, e que em 2021 possamos continuar juntos, cooperando por uma região cada vez melhor para se viver.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	2.534.936	2.138.469	PASSIVO	2.003.444	1.665.818
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	3.279	9.543	DEPÓSITOS (Nota 12)	1.757.578	1.467.179
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.566.994	2.147.039	Depósitos à vista	271.949	158.997
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	499.269	332.610	Depósitos interfinanceiros	14.183	15.970
Títulos e valores mobiliários (Nota 04 e 06)	843.595	994.099	Depósitos a prazo	1.471.446	1.292.212
Centralização financeira (Nota 04)	217.098	132.709	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	182.682	141.634
Relações interfinanceiras ativas	52	45	Relações interfinanceiras (Nota 13)	155.328	119.833
Operações de crédito (Nota 07)	965.214	652.487	Obrigações por repasses (Nota 14)	3.100	-
Outros ativos financeiros (Nota 08)	41.766	35.089	Outros passivos financeiros (Nota 15)	24.254	21.801
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(114.788)	(98.870)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 16)	79	51
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	3.098	1.507	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	63.105	56.954
INVESTIMENTOS (Nota 10)	36.550	36.550	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	531.492	472.651
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	34.357	36.367	CAPITAL SOCIAL	184.810	171.094
INTANGÍVEL (Nota 11)	5.446	6.333	RESERVAS DE SOBRAS	319.084	275.282
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	27.598	26.275
TOTAL DO ATIVO	2.534.936	2.138.469	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.534.936	2.138.469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	70.279	149.496	144.378
Operações de crédito (Nota 07)	55.929	111.340	111.605
Resultado títulos e valores mobiliários	14.339	38.133	32.773
Resultado das aplicações compulsórias	11	23	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(26.062)	(61.888)	(91.778)
Operações de captação no mercado	(13.572)	(35.378)	(69.371)
Operações de empréstimos e repasses	(2.984)	(6.022)	(5.199)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(9.506)	(20.488)	(17.208)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.217	87.608	52.600
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.074)	(19.076)	22.278
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18.984	35.988	29.929
Rendas de tarifas bancárias	2.811	6.040	6.027
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(17.858)	(33.954)	(31.998)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(12.626)	(23.586)	(25.886)
Dispêndios e despesas tributárias	(289)	(798)	(947)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	10.166	22.300	74.071
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(14.262)	(25.066)	(28.918)
RESULTADO OPERACIONAL	31.143	68.532	74.878
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.735	4.655	366
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	32.878	73.187	75.244
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	704	(1.751)	(1.459)
Provisão para Imposto de Renda	460	(1.069)	(904)
Provisão para Contribuição Social	244	(682)	(555)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.361)	(5.714)	(8.243)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	32.221	65.722	65.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	156.208	234.851	22.474	413.533
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.619	-	(11.211)	(5.592)
Destinações para reservas	-	11.237	(11.237)	-
Outras destinações	-	-	(26)	(26)
Capital de associados				
Aumento de capital	7.562	-	-	7.562
Baixas de capital	(5.390)	-	-	(5.390)
Resultado do período	-	-	65.542	65.542
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.919)	(2.919)
Juros sobre o capital próprio	7.095	-	(7.154)	(59)
Reserva legal - Estatutária	-	29.194	(29.194)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	171.094	275.282	26.275	472.651
Mutações do Período	14.886	40.431	3.801	59.118
Saldos no início do período em 01/01/2020	171.094	275.282	26.275	472.651
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6.523	-	(13.087)	(6.564)
Destinações para reservas	-	13.137	(13.137)	-
Outras destinações	-	-	(51)	(51)
Capital de associados				
Aumento de capital	7.458	-	-	7.458
Baixas de capital	(4.639)	-	-	(4.639)
Resultado do período	-	-	65.722	65.722
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.067)	(3.067)
Juros sobre o capital próprio	4.374	-	(4.392)	(18)
Reserva legal - Estatutária	-	30.665	(30.665)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	184.810	319.084	27.598	531.492
Mutações do Período	13.716	43.802	1.323	58.841
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	179.502	288.419	33.501	501.422
Capital de associados				
Aumento de capital	3.836	-	-	3.836
Baixas de capital	(2.902)	-	-	(2.902)
Resultado do período	-	-	32.221	32.221
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.067)	(3.067)
Juros sobre o capital próprio	4.374	-	(4.392)	(18)
Reserva legal - Estatutária	-	30.665	(30.665)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	184.810	319.084	27.598	531.492
Mutações do Período	5.308	30.665	(5.903)	30.070

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	39.078	81.088	72.935
Resultado do semestre/exercício	32.221	65.722	65.542
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.857	15.366	7.393
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.220	15.918	6.285
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(2.005)	(2.524)	(246)
Depreciação e amortização	2.563	4.868	4.386
Baixas do ativo permanente	111	143	21
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	35	28	(134)
Destinações ao FATES	(3.067)	(3.067)	(2.919)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	44.608	(156.957)	(52.579)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	54.150	(166.659)	(273.091)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	248	(9.418)	259.941
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.669	(7)	(21)
(Aumento) em operações de crédito	(234.867)	(312.727)	(135.038)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	42.055	35.495	26.935
(Aumento) em outros ativos financeiros	(10.484)	(6.677)	(8.333)
Redução em outros ativos	2.055	933	1.288
Aumento em depósitos	163.910	290.399	62.205
Aumento em passivos financeiros	3.054	2.453	2.788
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	800	3.100	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(420)	(1.092)	(2.572)
Aumento em outros passivos	17.438	7.243	13.319
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	83.686	(75.869)	20.356
Aquisição de imobilizado de uso	(368)	(1.006)	(2.385)
Aplicações no intangível	(607)	(1.108)	(714)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(975)	(2.114)	(3.099)
Integralização de capital	3.836	7.458	7.562
Baixa de capital	(2.902)	(4.639)	(5.390)
Juros ao capital próprio	(18)	(18)	(59)
Distribuição de Sobras	-	(6.615)	(5.618)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	916	(3.814)	(3.505)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	83.627	(81.797)	13.752
Caixa e equivalente de caixa no início do período	928.485	1.093.909	1.080.157
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.012.112	1.012.112	1.093.909

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**(Em milhares de Reais)****Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89**

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	32.221	65.722	65.542
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	32.221	65.722	65.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 02/07/1982 e sede situada na Rua Heitor Alexandre Peretti, 385, na cidade de Encantado - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 21 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 01 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrua") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios, conforme a sua contratação em pós-fixada, e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	3.279	9.543
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	445.535	664.231
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	346.200	287.426
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	217.098	132.709
Total	1.012.112	1.093.909

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

As operações com Fundos de Investimentos se referem a aplicações que eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira, as quais a Cooperativa passou a investir diretamente em 2019 (NOTA 06).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	77.695	249.171	168.310	495.176	326.682
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.140	2.953	4.093	5.920
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	-	-	8
Total	77.695	250.311	171.263	499.269	332.610

Total circulante	328.006	127.217
Total não circulante	171.263	205.393

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 125% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Letras financeiras subordinadas entre Cooperativas	-	-	51.860	51.860	42.442
Cotas de fundos de renda fixa	105.549	-	-	105.549	160.604
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	339.986	-	-	339.986	503.627
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	346.200	-	-	346.200	287.426
Total	791.735	-	51.860	843.595	994.099
Total circulante				791.735	951.657
Total não circulante				51.860	42.442

As letras financeiras subordinadas entre Cooperativas são aplicações emitidas com cláusula de subordinação e foram firmadas em janeiro de 2019, novembro de 2019 e junho de 2020 com vencimento em janeiro de 2028, novembro de 2029 e junho de 2030, respectivamente.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020				Total da carteira	31/12/2019
		A vencer					
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira		
Empréstimos e títulos descontados	1.427	78.806	160.325	481.291	721.849	471.602	
Financiamentos	66	7.468	23.883	103.703	135.120	77.496	
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	4.724	64.408	39.113	108.245	103.389	
Total das operações de crédito	1.493	90.998	248.616	624.107	965.214	652.487	
Avais e fianças honrados	18	-	-	-	18	210	
Devedores por compra de valores e bens	-	14	101	128	243	170	
Títulos e créditos a receber	-	28.101	10.101	9	38.211	31.980	
Total de outros créditos	18	28.115	10.202	137	38.472	32.360	
Carteira total	1.511	119.113	258.818	624.244	1.003.686	684.847	
Total circulante					379.442	361.073	
Total não circulante					624.244	323.774	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Mínimo	% Adicional (i)	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito					
			2020	2019	Mínimo 2020	Adicional 2020	Total 2020	Mínimo 2019	Adicional 2019	Total 2019
AA	-	-	43.512	93	-	-	-	-	-	-
A	0,50	0,49	251.213	120.945	1.248	1.223	2.471	605	593	1.198
B	1,00	1,99	275.942	178.548	2.752	5.475	8.227	1.785	3.552	5.337
C	3,00	6,00	248.616	219.152	7.449	14.897	22.346	6.575	13.149	19.724
D	10,00	15,00	118.100	110.120	11.783	17.675	29.458	11.012	16.518	27.530
E	30,00	15,00	13.294	11.860	3.988	1.994	5.982	3.558	1.779	5.337
F	50,00	15,00	17.361	11.085	8.681	2.604	11.285	5.543	1.663	7.206
G	70,00	20,00	6.286	7.189	4.400	1.257	5.657	5.032	1.438	6.470
H	100,00	-	29.362	25.855	29.362	-	29.362	25.855	-	25.855
Total			1.003.686	684.847	69.663	45.125	114.788	59.965	38.692	98.657

Respeitando o princípio da prudência, a Cooperativa adotou a partir de 2019 percentuais de provisão superiores àqueles definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados.

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 213).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 325.670 (dezembro de 2019 - R\$ 254.830) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 21.292 (dezembro de 2019 - R\$ 18.743) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.074	54.957	82.237	176.778	315.046	247.302
Rural	-	4.724	64.408	39.113	108.245	103.389
Industrial	46	14.841	32.733	110.544	158.164	111.584
Comércio	127	11.395	28.473	96.669	136.664	71.318
Outros serviços	264	33.196	50.967	201.140	285.567	151.254
Total	1.511	119.113	258.818	624.244	1.003.686	684.847
Total circulante					379.442	361.073
Total não circulante					624.244	323.774

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	207.514	20,68	125.124	18,27
50 devedores seguintes	156.918	15,63	105.088	15,34
100 devedores seguintes	106.535	10,61	73.385	10,72
Demais	532.719	53,08	381.250	55,67
Total	1.003.686	100,00	684.847	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	98.870	92.585
Constituição de provisão	87.895	93.802
Reversão de provisão	(67.407)	(76.594)
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.570)	(10.923)
Saldo final	114.788	98.870

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	42.683	86.731	89.801
Financiamentos	6.913	13.025	9.990
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.312	7.046	6.716
Outros	27	55	77
Subtotal	52.935	106.857	106.584
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.994	4.483	5.021
Total	55.929	111.340	111.605

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 33.842 (2019 - R\$ 23.168).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	38.211	31.980
Rendas a receber	2.881	1.972
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	243	170
Créditos específicos	-	214
Avais e fianças honrados (Nota 07)	18	210
Operações com cartões	413	541
Devedores por depósitos em garantia	-	2
Total	41.766	35.089
Total circulante	41.630	34.963
Total não circulante	136	126

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	917	88
Adiantamentos e antecipações salariais	187	43
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	16	3
Adiantamentos para Confederação Sicredi	677	825
Impostos e contribuições a compensar	50	31
Cotas de consórcio	-	350
Pendências a regularizar	72	62
Portabilidade a receber	1.119	-
Outros	60	105
Total circulante	3.098	1.507

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	2.733	4.436
Imóveis	2.698	4.366
Veículos e afins	35	70
Material em estoque	24	6
Despesas antecipadas	72	82
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.912)	(4.436)
Total circulante	917	88

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(4.436)	(4.682)
Constituição de provisão	(456)	(759)
Reversão de provisão	2.980	1.005
Saldo final	(1.912)	(4.436)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	21.554	21.554
Sicredi Participações S.A.	14.995	14.995
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	36.550	36.550

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	4.861.754 ON	4.861.754 ON	1	1	21.554.423	21.554.423
	10.132.814 PN	10.132.814 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,27%	1,42%	0,62%	0,62%	5,31%	5,53%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	14.995	14.995	1	1	21.554	21.554

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	48.898	(14.541)	34.357	36.367
Imobilizações em curso	-	669	-	669	864
Terrenos	-	3.958	-	3.958	3.958
Edificações	4%	27.136	(4.796)	22.340	23.275
Instalações	10%	3.103	(1.384)	1.719	1.995
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	493	(465)	28	34
Móveis e equipamentos	10%	6.320	(3.509)	2.811	3.205
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.329	(742)	587	661
Equipamentos de processamento de dados	20%	5.208	(3.326)	1.882	2.075
Veículos	20%	682	(319)	363	300
Intangível		16.088	(10.642)	5.446	6.333
Investimentos Confederação		16.088	(10.642)	5.446	6.333

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	271.949	-	-	271.949	158.997
Depósitos interfinanceiros	-	-	14.183	14.183	15.970
Depósitos a prazo	15.787	1.996	1.453.663	1.471.446	1.292.212
Total	287.736	1.996	1.467.846	1.757.578	1.467.179
Total circulante				289.732	192.185
Total não circulante				1.467.846	1.274.994

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	155.324	119.832
Recebimentos e pagamentos a liquidar	4	1
Total	155.328	119.833

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.621	68.280	51.078	124.979	119.832
Total - Recursos do Crédito Rural	5.621	68.280	51.078	124.979	119.832
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	30.345	30.345	-
Total - Outros Recursos	-	-	30.345	30.345	-
Total	5.621	68.280	81.423	155.324	119.832

Total circulante	73.901	79.319
Total não circulante	81.423	40.513

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 22/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	230	910	1.960	3.100	-
Total	230	910	1.960	3.100	-

Total circulante	1.140	-
Total não circulante	1.960	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	21.292	18.743
Recursos em trânsito de terceiros	2.919	3.033
Recursos vinculados a operações de crédito	43	25
Total circulante	24.254	21.801

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	79	51
Total não circulante		79	51

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	51	75	(47)	79
Total não circulante	51	75	(47)	79

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 324 e R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 170 e R\$ 203), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	36.919	30.560
Provisão para pagamentos a efetuar	4.732	5.296
Cotas de capital a pagar	2.266	2.049
Provisão para participações nos lucros	5.861	8.361
Fundo de assistência técnica, educacional e social	6.471	4.496
Impostos e contribuições a recolher	2.476	2.076
Credores diversos	2.623	2.034
Cheques administrativos	1.455	1.841
Cobrança e arrecadação de tributos	1	198
Pendências a regularizar	301	43
Total Circulante	63.105	56.954

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	184.810	171.094
Total de associados	69.662	66.946

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.716 (2019 – R\$14.886), sendo R\$ 10.897 (2019 – R\$ 12.714) via integralização de resultados e R\$ 7.458 (2019 – R\$ 7.562), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.639 (2019 – R\$ 5.390).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.392, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 2.239 (R\$ 21 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	73.187	75.244
Participação nas sobras	(5.714)	(8.243)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	67.473	67.001
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(26.989)	(26.800)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	23.503	22.046
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.757	2.862
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	441
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(22)	(8)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.751)	(1.459)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetuou transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	499.269	332.610
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	843.595	994.099
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	217.098	132.709
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.399	1.684
Outros ativos (Nota 09)	678	884
Investimentos (Nota 10)	36.550	36.550
Intangível (Nota 11)	5.446	6.333
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	14.183	15.970
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	155.324	119.832
Outros passivos (Nota 17)	35.363	30.271
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	38.133	32.773
Ingressos e receitas de prestação de serviços	14.546	11.773
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	5.191	54.235
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	2.239	21
Despesas		
Operações de captação no mercado	438	899
Operações de empréstimos e repasses	5.964	5.199
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.175	3.048
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	8.894	9.406

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas nas mesmas condições às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	801	0,29%	364
Depósitos a prazo	17.457	1,19%	15.617
Operações de crédito	4.633	0,48%	3.984

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo, diretores e conselheiros de administração). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Conselheiros de Administração ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	4.024	3.928

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	11.055	20.643	19.485
Benefícios	2.961	5.789	5.341
Encargos sociais	3.831	7.497	7.162
Treinamentos	11	25	10
Total	17.858	33.954	31.998

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	386	871	840
Aluguéis	846	1.688	1.614
Comunicação	353	737	1.059
Manutenção e conservação	1.068	1.818	1.918
Material de expediente	233	506	426
Processamento dados	311	601	381
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.957	3.148	5.226
Serviços do sistema financeiro	1.271	2.493	2.127
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	1.459	2.450	1.995
Serviços de vigilância e segurança	818	1.598	1.549
Serviços de transportes	356	693	686
Depreciação	1.439	2.873	2.739
Amortização (Rateio Confederação)	1.124	1.995	1.647
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	421	1.092	2.572
Emolumentos e taxas diversas	88	147	247
Outras despesas administrativas	496	876	860
Total	12.626	23.586	25.886

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	421	1.092	2.572
Recuperação de encargos e despesas	769	2.805	2.646
Ingressos depósitos intercooperativos	1.971	4.365	53.235
Reversão de provisões operacionais	1.275	4.920	4.108
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	4.703	7.895	10.997
Reversão de provisões para passivos contingentes	30	47	186
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	356	356	-
Outras rendas operacionais	641	820	327
Total	10.166	22.300	74.071

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.137	1.607	1.170
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	191	493	594
Contribuição Confederação Sicredi	3.533	6.705	6.868
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	382	689	680
Encargos da administração financeira	1	3	308
Repasso Administradora de Cartões	-	108	294
Provisões para garantias financeiras prestadas	6.231	10.444	12.954
Provisões para garantias financeiras prestadas	65	75	52
Outras provisões operacionais	1.031	1.977	1.904
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.288	2.293	1.827
Risco operacional	202	260	589
Juros e comissões	-	-	2
Outras despesas operacionais	130	269	1.545
Total	14.262	25.066	28.918

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	32.221	65.722	65.542
Eventos não recorrentes	-	2.239	21
Resultado recorrente	32.221	63.483	65.521

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	325.670	254.830
Total	325.670	254.830

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	511.796	423.876
Nível I (NI)	511.796	423.876
Capital principal - CP	511.796	423.876
Capital social	184.810	171.094
Reservas de capital	319.084	275.282
Lucros acumulados	27.598	26.275
Ajustes Prudenciais	(5.446)	(6.333)
Dedução de investimento em outras entidades	(14.250)	(42.442)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.439.356	1.150.962
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.939	3.021
Margem de Capital	372.716	300.003
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,56%	36,83%
Situação de Imobilização (Imob)	34.358	36.368
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,71%	8,58%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Roberto Scorsatto
Diretor Executivo
CPF: 503.430.330-20

Fabício Antonio Tombini
Diretor de Negócios
CPF: 670.182.110-34

Vitor Antonio Fontana
Diretor de Operações
CPF: 765.350.370-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20